



RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS - SEPLAN
SECRETARIA DO TURISMO - SETUR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE SINALIZAÇÃO
TURÍSTICA PARA OS POLOS TURÍSTICOS DO RIO GRANDE DO
NORTE - COSTA BRANCA E SERIDÓ

atp
engenharia

PRODUTO 02 - PROJETO EXECUTIVO
POLO COSTA BRANCA
TOMO 01

DEZEMBRO DE 2016

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**PROJETO EXECUTIVO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA PARA OS POLOS TURÍSTICOS
DO
RIO GRANDE DO NORTE – SERIDÓ E COSTA BRANCA.**

**RN SUSTENTAVEL
POLO COSTA BRANCA**

ATP ENGENHARIA LTDA – CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO EM
ENGENHARIA LTDA
Dezembro de 2016

Conteúdo

1.	APRESENTAÇÃO	6
2.	INTRODUÇÃO.....	8
3.	HISTÓRICO E ATRATIVOS SINALIZADOS – POLO COSTA BRANCA.....	11
3.1	AREIA BRANCA	12
3.2	GALINHOS	13
3.3	GROSSOS	14
3.4	GUAMARÉ	15
3.5	MACAU	16
3.6	MOSSORÓ	18
3.7	PORTO DO MANGUE	20
3.8	SÃO RAFAEL	21
3.9	SERRA DO MEL.....	22
3.10	TIBAU	23
4.	MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA – POLO COSTA BRANCA.....	25
4.1	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	26
4.2	ASPECTOS NORMATIVOS	26
4.3	COMPONENTES DO SISTEMA	27

Quadro de Tabelas

Tabela 1 – NORMAS TÉCNICAS ABNT	26
Tabela 2 – DETALHAMENTO – ESPECIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA	27

EQUIPE TÉCNICA

ESPECIALISTAS PRINCIPAIS

José Theodózio Netto
André Lemoine Neves
Adolpho Lomachinsky Neto
Marlos Wilson de Gois
Ângela Tribuzi

ESPECIALISTAS DE APOIO

André Henrique Barbosa/ Diogo Araújo
Fernanda Braga Galvão Silveira
Zózimo Teodoro Neto
Elezânio José Belo Vieira/ Mauro Sérgio Alves
Bruna Lopes Gueiros
Tâmara Maria de Andrade Bonilla
Emanoel Silva Amorim
Suellen Lima da Silva
Valmir Vaz dos Santos

PROJETO EXECUTIVO DO POLO COSTA BRANCA

1. APRESENTAÇÃO

A ATP ENGENHARIA LTDA, situada a Av. Consul Vilares Fragoso, 291/E – Santa Martin, Recife/PE, apresenta, à SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR, à SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E FINANÇAS – SEPLAN/RN e a UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL, o **Produto 01 – Memorial Descritivo**, relacionado aos serviços de ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA PARA OS POLOS TURÍSTICOS DO RIO GRANDE DO NORTE – COSTA BRANCA E SERIDÓ, integrante do PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO GRANDE DO NORTE – PROJETO RN SUSTENTÁVEL, contendo o Projeto Executivo para implantação da Sinalização Turística dos municípios integrantes dos referidos Polos.

Os principais elementos que caracterizam este Contrato são os demonstrados no quadro a seguir:

1. CONTRATAÇÃO DIRETA
2. CONTRATO : **100/2016**
3. DATA DE ASSINATURA: **14/09/2016**
4. DATA DA ORDEM DE SERVIÇO: **30/09/2016**
5. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS **90 dias**
SERVIÇOS:
6. ORDEM DE EMPENHO: **2015NE00562**
7. VALOR DO CONTRATO: **R\$ 134.743,17**

2. INTRODUÇÃO

O presente produto tem como objetivo subsidiar à elaboração do Projeto Executivo de Sinalização Turística para os Polos Turísticos do Rio Grande do Norte – Seridó e Costa Branca, a ser elaborado pela ATP Engenharia, o qual será estruturado de modo a apontar a definição da estratégia de sinalização.

Nesse sentido, o estudo ora apresentado objetivou a apresentação da definição e desenvolvimento do Projeto para Implantação de Sinalização Turística e Rotas de Acesso aos Atrativos Turísticos dos Polos Seridó e Costa Branca lançado no Estudo Preliminar previamente aprovado pela contratante, contendo os elementos necessários e suficientes para o entendimento do objeto, nos seus aspectos conceituais, técnicos, quantitativos e executivos, com vistas à execução.

Polo Costa Branca

O Polo Costa Branca fica situado na zona oeste do Estado, é um, lugar de contrastes, onde a atividade rural convive com a movimentação turística. Sua paisagem é marcada por vegetações típicas da caatinga e tem o sal, o petróleo e a fruticultura, fonte de suas principais riquezas, sem falar na sua importante contribuição cultural para todo o Estado.

A diversidade natural é de uma paisagem exclusiva, onde convivem de um lado, xique-xiques, juremas e uma gama de espécies que enfrentam o sol, e do outro, o mar, com sua variedade de espécies, cercado de dunas. É o local perfeito para renovar as energias, conhecer, trocar e provar as delícias da terra, podendo apreciar a cultura regional, pois é um lugar de encantamento.

Centenas de quilômetros de praias praticamente desertas, dunas multicoloridas, falésias e o mar esmeralda, é o diferencial local onde o mar encontra o sertão e o sertão literalmente vira mar. Destino especial para quem quer esquecer-se da vida e descansar. Dentre os municípios que compõem o polo, encontram-se:

- Areia Branca
- Galinhos
- Grossos
- Guamaré
- Macau
- Mossoró
- Porto do Mangue
- Serra do Mel
- Tibau
- São Rafael

O polo composto atualmente por 10 (dez) municípios busca o desenvolvimento do potencial turístico da região.

3. HISTÓRICO E ATRATIVOS SINALIZADOS – POLO COSTA BRANCA

3.1 Areia Branca

3.1.1 Histórico

O litoral do Município já era conhecido dos navegantes desde os primórdios do descobrimento do continente americano. Porto Seguro afirma ter havido desembarque e consequente exploração do rio Apodi, em fins de 1499. Gabriel Soares, no seu "Tratado Descritivo do Brasil em 1587", descreve as costas de Areia Branca. A propriedade mais antiga de que se tem notícia nessas terras e a do coronel Gonçalo da Costa Faleiro, que, "a 5 de julho de 1708, é senhor de tres léguas de comprimento e uma de largura, a começar no morro de Tibau, pela cota do mar para o lado do sul, até onde acabasse". Acredita-se que o primeiro morador foi Francisco Gomes da Silva, na época da guerra com o Paraguai (1864-1870), e que a povoação de Areia Branca teve início em 1870, quando João Francisco de Borja (Joca Soares) se estabeleceu ali, como comerciante. Logo depois Joca Soares juntamente com Joaquim Nogueira da Costa (seu cunhado) exploraram a primeira salina (1878), no local denominado Serra Vermelha.

Existe no município um porto em alto mar aproximadamente 10 km da costa, onde predomina o embarque de sal marinho. É sede de comarca de segunda estância, com 02 termos: Grossos e Tibau.

Código do Município – 2401107

Fonte: IBGE

3.1.2 Atrativos Sinalizados (Viáveis)

ATRATIVOS VISITADOS	CODIGO DO ATRATIVO
Praia de Upanema	04-2401107.01
Praia de Baixa Grande	04-2401107.02
Praia do Morro Pintado	04-2401107.03
Praia de São Cristovão	04-2401107.04
Praia Ponta do Mel	04-2401107.05
Igreja Nossa Senhora da Conceição	04-2401107.06
Praça Nossa Senhora da Conceição	04-2401107.07
Mercado do Peixe	04-2401107.08
Porto das Balsas	04-2401107.09
Mirante das Cruzes	04-2401107.10

3.2 Galinhos

3.2.1 Histórico

A primeira referência que se tem da área do atual município de Galinhos, foram as terras de propriedade do Padre Jesuíta João de Melo, Superior de Aldeia de Guajiru, no Porto de Galos. Local grandemente propício à pesca, devido a abundância de peixes voadores e galos, atraiu pescadores, que se fixaram em aldeias e iniciaram o povoamento da localidade.

As salinas naturais, também contribuíram para desenvolvimento do povoado. O nome de Galinhos surgiu em face dos peixes “galos” lá pescados, serem de pequeno porte, por isso chamados, pelos pescadores de “galinhos”, nome que estenderam ao povoado.

Código do Município – 2404101

Fonte: IBGE

3.2.2 Atrativos Sinalizados (Viáveis)

ATRATIVOS VISITADOS	CODIGO DO ATRATIVO
Praia de Galinhos	04-2404101.01
Farol	04-2404101.02
Dunas do Capim	04-2404101.03
Praia de Galos	04-2404101.04

3.3 Grossos

3.3.1 Histórico

Os primeiros habitantes da região, onde hoje se localiza a cidade de Grossos foram os familiares da família FELIX.

As primeiras entradas em terras do município de Grossos, ocorreram por volta do ano de 1770, inicialmente a população que vivia ali, praticava a pesca e a agricultura. Também as salinas já começaram a ser explorada.

Em 1770, por influência do Sargento-Mor Antônio de Souza Machado, natural de Braga Portugal, criou-se um povoado denominado ilha do Capim Grosso município de Aracati - Ce.

A lei de nº 1025 de 11 de dezembro de 1953, da Assembléia do Estado do Rio Grande do Norte passa à categoria de cidade a vila de Grossos, desmembrando-a do município de Areia Branca - RN.

Código do Município – 2404408

Fonte: IBGE

3.3.2 Atrativos Sinalizados (Viáveis)

ATRATIVOS VISITADOS	CODIGO DO ATRATIVO
Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus	01-2404408.01
Moinho	01-2404408.02
Praça Histórica	01-2404408.03
Porto	01-2404408.04
Salina Sal Jacaré	01-2404408.05
Prainha	01-2404408.06
Praia de Areias Alvas	01-2404408.07

3.4 Guamaré

3.4.1 Histórico

O local é conhecido desde 1605, quando por ali passou o Capitão Pero Coelho, acompanhado da mulher, filhos e dos últimos soldados fiéis que haviam abandonado a tentativa de colonizar o Ceará.

Segundo uma lenda, o português João Francisco dos Santos, construiu a Capela de Nossa Senhora da Conceição, em 1783, em sinal de reconhecimento, por ter sido salvo, juntamente com a tripulação de seu barco colhido por uma tempestade, e, aportado no local onde se situa a cidade de Guamaré, topônimo que se origina de ÁGUA MARÉ.

Em 1837, os moradores pleitearam, junto à Assembleia Legislativa, a criação da Vila Imperial de Guamaré, mas não foram atendidos. O desenvolvimento da povoação decorreu em função da pesca abundante e das salinas naturais

Código do Município – 2404507

Fonte: IBGE

3.4.2 Atrativos Sinalizados (Viáveis)

ATRATIVOS VISITADOS	CODIGO DO ATRATIVO
Terminal Rodoviário	01-2404507.01
Praça da Conceição	01-2404507.02
Igreja Nossa Senhora de Fátima	01-2404507.03
Praia do Presídio	01-2404507.04
Ponta da Miassaba	01-2404507.05
Ponte sobre o Rio Aratuá	01-2404507.06
Porto de Guamaré	01-2404507.07
Reserva Ponta do Tubarão	01-2404507.08

3.5 Macau

3.5.1 Histórico

A EXTRAÇÃO do sal foi um dos principais fatores que determinaram o povoamento do Rio Grande do Norte. Documentos do início do século XVII ressaltam as riquezas de suas salinas e a excelência do sal ali existente. Entre essas salinas encontravam-se as que viriam pertencer ao Município de Macau.

A 20 de agosto de 1605, Jerônimo Albuquerque concedia aos seus filhos Antonio e Matias "uma data que são duas salinas que estão corenta leguas daqui para a banda do norte... nem a terra serve para coisa nenhuma, mas que para o sal que por si se cria". "Essas salinas". diz Luís da Câmara Cascudo, quarenta léguas ao norte, em terras que apenas para o sal se prestam e onde este é formado espontaneamente, pela disposição do terreno. foram identificadas pelo Des. Luís Fernandes como sendo as salinas de Macau".

No século XVIII, a extração do sal no Rio Grande do Norte, então importante centro pecuário, ficou intimamente ligada à produção de "carne-de-sol", produzida em grande escala pelas "oficinas" instaladas no baixo Açu. Essa indústria primitiva, porém, foi inesperadamente interrompida em 1786 por determinação da Câmara de Natal, sob alegação de que a exportação de carne acarretava prejuízos a Fazenda Real, uma vez que os barcos não pagavam o subsídio de sangue referente à matança do gado. Aquela indústria quase desapareceu então, e o porto das oficinas entrou em decadência.

Ainda no século XVIII a metrópole criou o monopólio do sal e as salinas do Nordeste, especialmente as do Rio Grande do Norte, situadas nos atuais Municípios de Açu, Macau, Areia Branca, Mossoró e Touros, foram relegadas ao abandono, recomeçando a exploração somente em 1802.

Entretanto, foi a partir de 1889, com o regime republicano, que a indústria do sal do nordeste tomou certo impulso, sobretudo no Rio Grande do Norte, onde, em alguns Municípios, entre os quais se incluía Macau, as condições do terreno e dos ventos se apresentam extraordinariamente favoráveis. Com a concessão feita a Antônio Coelho Ribeiro Roma, em 26 de outubro de 1889. para instalar máquinas de exploração e purificação do sal em terrenos devolutos do Rio Grande do Norte, houve uma considerável valorização da região salinosa do Estado, cujas riquezas salíferas passaram a despertar maior interesse entre os homens de negócios. O povoamento de Macau foi iniciado na ilha de Manuel Gonçalves, que em 1825 começou a ser invadida e obstruída pelas águas do Atlântico. A ilha era, nesse tempo, habitada por portugueses, dedicados à exploração e ao comércio do sal. Em 1829, tornando-se impossível a permanência desses habitantes na ilha, decidiram eles transferir-se para outro local, escolhendo então a ilha de Macau, na foz do rio Açu.

Os fundadores do povoado de Macau foram os portugueses Capitão Martins Ferreira. Quatro genros destes - José Joaquim Fernandes, Manuel José Fernandes, Manuel Antonio Fernandes e Antônio Joaquim de Sousa - e ainda João Garcia Valadão e o brasileiro João da Horta.

Macau é uma corruptela da palavra chinesa Ama-ngao, que significa abrigo ou porto de Ama, deusa dos navegantes.

Macau tornou-se Município pela Lei n.º 158, de 2 de outubro de 1847. A Comarca foi criada pela Resolução n.º 644, de 14 de dezembro de 1871. A lei n.º 761, de 9 de outubro de 1875, concedeu à sede do Município foros de cidade.

Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o Município é constituído de um único distrito, o da sede.

Código do Município – 2407203

Fonte: IBGE

3.5.2 Atrativos Sinalizados (Viáveis)

ATRATIVOS VISITADOS	CODIGO DO ATRATIVO
Ilha de Santana	01-2407203.01
Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	01-2407203.02
Centro Comercial Afonso Barros	01-2407203.03
Centro Petrobrás de Cultura Porto de Ama	01-2407203.04
Teatro Municipal Hianto de Almeida	01-2407203.05
Praia de Camapum	01-2407203.06
Praia de Barreiras	01-2407203.07
Terminal Rodoviário	01-2407203.08
Praia de Diogo Lopes e Sertãozinho	01-2407203.09
Manguezal em Diogo Lopes e Sertãozinho	01-2407203.10
Reserva da Ponta do Tubarão	01-2407203.11
Moinho	01-2407203.12

3.6 Mossoró

3.6.1 Histórico

Os primeiro habitantes da região eram os índios Monxorós.

Segundo estudos do pesquisador potiguar Luiz Câmara Cascudo, as primeiras penetrações na área do que hoje é o município de Mossoró teriam ocorrido por volta de 1600. Cartas e documentos da época falavam sobre o encontro de salinas, que foram exploradas pelos holandeses Gedeon Morris de Jonge e Elbert Smiente até 1644.

Código do Município – 2408003

Fonte: IBGE

3.6.2 Atrativos Sinalizados (Viáveis)

ATRATIVOS VISITADOS	CODIGO DO ATRATIVO
Igreja de São Vicente	01-2408003.01
Igreja Coração de Jesus	01-2408003.02
Catedral de Santa Luzia	01-2408003.03
Ponte Ferroviária	01-2408003.04
Mercado Central	01-2408003.05
Mirante do Rio Mossoró	01-2408003.06
Aeroporto	01-2408003.07
Terminal Rodoviário	01-2408003.08
Serra Mossoró	01-2408003.09
Expocenter	01-2408003.10
Cemitério	01-2408003.11
Biblioteca Pública Ney Pontes Duarte	01-2408003.12
Arte da Terra	01-2408003.13
Parque Zoobotânico	01-2408003.14
Museu Lauro da Escóssia	01-2408003.15
Palácio da Resistência - Prefeitura	01-2408003.16
Corredor Cultural	01-2408003.17
Praça Vigário Antônio Joaquim	
Praça Rodolfo Fernandes	
Praça da Redenção Dorian Jorge Freire	
Praça da Independência	
Praça da Convivência	
Praça da Criança	
Praça de Eventos	
Memorial da Resistência	
Estação das Artes + Museu Eliseu Ventania + Museu do Petróleo	
Teatro Municipal Dix. Huit Rosado	

3.7 Porto do Mangue

3.7.1 Histórico

Atraídos pela movimentação cotidiana causada pelo pequeno porto marítimo localizado à beira de um mangue, várias famílias de trabalhadores em atividades marítimas deram início a um povoamento que devido a sua localização, recebeu o nome de Porto do Mangue.

A prosperidade alcançada com a pesca, a extração vegetal e o cultivo de pequenas lavouras, impulsionou o crescimento do povoado.

A luta pela emancipação política contou com a participação de toda a comunidade e de várias lideranças regionais.

No dia 28 de dezembro de 1995, através da Lei nº 6.851, Porto do Mangue teve suas terras desmembradas do município de Carnaubais, tornando-se município do Rio Grande do Norte.

Código do Município – 2410256

Fonte: IBGE

3.7.2 Atrativos Sinalizados (Viáveis)

ATRATIVOS VISITADOS	CODIGO DO ATRATIVO
Praia da Pedra Grande	04-2410256.01
Cais do porto	04-2410256.02
Dunas do Rosado	04-2410256.03
Falésias da Pedra Grande	04-2410256.04
Ilha da Costinha	04-2410256.05
Farol da marinha	04-2410256.07
Manguezal	04-2410256.08
Salina Artesanal	04-2410256.09

3.8 São Rafael

3.8.1 Histórico

Inicialmente chamado Caiçara, o município de São Rafael começou num aldeamento indígena, nas proximidades do rio Piranhas. Por estar nas vizinhanças do rio, logo suas terras foram aproveitadas para a criação de gado e para a plantação de lavouras, fazendo surgir um bom contingente populacional, em meados do século XVIII. O Capitão João Francisco da Costa era grande proprietário das terras de Caiçara, em 1765.

O frei Serafim de Catânia, missionário capuchinho presente na área nos anos de 1845 e 1850, mudou o nome da localidade para São Rafael. A mudança não foi bem aceita, inicialmente, pela população.

Em 1858 foi criada uma escola de alfabetização chamada Cadeira de Primeiras Letras, que ensinava ao povo o nome Caiçara, ignorando a denominação imposta pelo frei capuchinho. Mas São Rafael foi o nome que prevaleceu oficialmente.

Os mais antigos destacaram a participação sempre otimista e desbravadora do grande incentivador Luiz Martins de Oliveira Barros, que teve decisiva participação na construção do cemitério público em 1908, na edificação do galpão feito para a realização de feiras, na construção da igreja, da casa paroquial e na instalação dos serviços postais e telegráficos.

Já bem estruturada, a localidade de São Rafael passou à condição de distrito de Santana do Matos no ano de 1938.

Em 23 de dezembro de 1948, através da Lei no 146, São Rafael conquistou sua emancipação política, desmembrando-se de Santana do Matos e tornando-se município do Rio Grande do Norte.

Código do Município – 2412807

Fonte: IBGE

3.8.2 Atrativos Sinalizados (Viáveis)

ATRATIVOS VISITADOS	CODIGO DO ATRATIVO
Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	04-2412807.01
Mercado Público	04-2412807.02
Barragem Armando Ribeiro Gonçalves - Prainha	04-2412807.03

3.9 Serra do Mel

3.9.1 Histórico

Mesmo antes da implantação do projeto de colonização da Serra do Mel que surgiu, em 1970, de uma idéia do então Governador Cortez Pereira e só foi implantado em 1972, a localidade já era conhecida pelos caçadores como Serra do Mel em virtude da grande quantidade de mel silvestre produzido pelas abelhas existentes em abundância na região.

É recente o povoamento na região de terras produtivas encravadas entre os rios Mossoró e Açu. Os primeiros resultados vieram da produção agrícola do projeto de colonização, e em pouco tempo Serra do Mel passou a ser um grande celeiro do Rio Grande do Norte, através do projeto estimulador da prática do cooperativismo e da agroindústria com a cultura do cajueiro. Por estar localizado numa área onde o sertão e o litoral que se encontram, o projeto Serra do Mel foi dividido em vilas comunitárias de produção, prosperando rapidamente ao mesmo tempo em que crescia o seu núcleo populacional. Sua economia tem base cooperativista voltada para a produção organizada através do cultivo da terra, com destaque para a exportação de castanha de caju.

No dia 13 de maio de 1988, de acordo com a Lei nº 803, Serra do Mel conseguiu sua autonomia política, teve suas terras desmembradas de Assu, Areia Branca, Carnaubais e Mossoró e tornou-se um novo município do Rio Grande do Norte.

Código do Município – 2413359

Fonte: IBGE

3.9.2 Atrativos Sinalizados (Viáveis)

ATRATIVOS VISITADOS	CODIGO DO ATRATIVO
Igreja Matriz de Nossa Aparecida	04-2413359.01
Calçadão	04-2413359.02
Prefeitura Municipal de Serra do Mel	04-2413359.03

3.10 Tibau

3.10.1 Histórico

Tibau foi descoberta pelo navegador holandês Gideon Morris de Jorge em fevereiro de 1641. Após constatar a existência de salinas do Rio IWIPANIM (hoje, rio Mossoró) e maravilhado com a variedade de areias, observadas através de uma luneta, chamou pela cor que predominava: Morro Vermelho.

Em 5 de julho de 1708, foi dado um importante passo para a exploração e povoação do território. Foi nesse dia que Gonçalo da Costa Faleiro recebeu das mãos do Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, Sebastião Nunes Colares, uma sesmaria compreendendo vasta extensão de terra a partir do Morro do Tibau. Antes desse acontecimento, segundo o historiador Câmara Cascudo, Gonçalo Faleiro esteve em Portugal, a mandado da Câmara de Natal, onde fez um relato ao Rei sobre a difícil situação vivida pela Capitania do Rio Grande do Norte em consequência dos problemas criados pela famosa Guerra dos Bárbaros, ocorrida entre os anos de 1687 e 1700.

Mas a linda terra de Tibau passou a ser alvo de uma acirrada disputa de posse que se arrastou por muito tempo entre os Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. Após muitas controvérsias a Assembléia Legislativa do Ceará resolveu anexar ao seu Estado as terras de Grossos e Tibau, em 13 de julho de 1901. Depois de três anos da decisão cearense, o extraordinário jurista e Senador da República Rui Barbosa foi convidado para defender os direitos do Rio Grande do Norte. Com uma brilhante defesa Rui Barbosa garantiu a vitória para o Estado potiguar, definitivamente sacramentada no dia 17 de julho de 1920.

Com o final da batalha jurídica, Tibau pode experimentar maiores sinais de crescimento. No dia 5 de novembro de 1922 foi celebrada a primeira missa na comunidade, pelo Padre Manoel Gadelha.

Não se constitui tarefa fácil, se falar sobre a origem do topônimo Tibau. Isto em função da ausência de registro que possam levar os estudiosos a um esclarecimento definitivo. No entanto, homens ilustres da história do Rio Grande do Norte, como Vingt-Un Rosado e Hélio Galvão (membro da Academia de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do RN), sempre batalharam muito, no sentido de entender a história do topônimo Tibau. O primeiro, pela afinidade com Tibau, o segundo, pelo amor que sente pela sua terra natal, Tibau do Sul. Conclusão a que chegaram, publicadas em notas quase históricas, detalha a curiosa circunstância: para se chegar tanto a Tibau do Sul, como a Tibau do Norte, passa-se por um pernambquinho.

Já o Historiador Câmara Cascudo defende a tese que Tibau vem do Tupy “TI” PAUM, que traduzido, significa “entre dois rios”. No caso, a localização de Tibau entre os rios Jaguaribe e Mossoró.

A povoação de Tibau foi alcançada de veranistas e do forte apelo turístico da região. Em 23 de dezembro de 1948, pela Lei número 146, o povoado chegou a condição de distrito. A partir daí não demorou para ter as características de uma cidade. Mas a autonomia política só chegou muito tempo depois: exatamente no dia 21 de dezembro de 1995, pela Lei número 6.840, Tibau foi desmembrado de Grossos, tornando-se um novo município do Rio Grande do Norte.

A cidade de forte presença turística tem também grande destaque no campo artesanal. O talento do povo transforma a extraordinária variedade natural de argila e areia existente na praia em matéria prima para um produto que marcou época e permanece famoso em todo o país: as garrafas de areias coloridas, formando os desenhos mais variados, que expressam bem a criatividade dos artesãos de Tibau. A festa da padroeira do município, Santa Terezinha, é comemorada no período de 26 de setembro a 5 de outubro, com muita animação popular e vários eventos religiosos.

Código do Município – 2411056

Fonte: IBGE

3.10.2 Atrativos Sinalizados (Viáveis)

ATRATIVOS VISITADOS	CODIGO DO ATRATIVO
Capela Santa Terezinha	04-2411056.01
Pedra do Chapéu	04-2411056.02
Falésias	04-2411056.03
Praia da Manuelas	04-2411056.04
Praia Gado Bravo	04-2411056.05

4. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA – POLO COSTA BRANCA

4.1 Objetivos Gerais e Específicos

O presente projeto tem como objetivo o detalhamento das tipologias de sinalização de orientação turística utilizadas no Projeto Executivo de Sinalização Turística para o Polo Costa Branca, tanto para situação de usuários de veículos motorizados quanto para situação de usuários a pé, abrangendo informações como especificações de materiais e detalhamentos (cores e formas, padrões, fixação e suportes).

4.2 Aspectos Normativos

O projeto deverá ser desenvolvido segundo as informações apresentadas no Termo de Referência, atendendo as diretrizes estabelecidas no Guia Brasileiro de Sinalização Turística da EMPETUR, IPHAN, DENATRAN de 2001, Manual de Sinalização Rodoviária do DNIT de 2010, Código de Transito Brasileiro (Lei 9503 de 23 de setembro de 1997), conforme Manual Brasileiro de Sinalização de Transito, volume III – Sinalização Vertical de Indicação, verificando quando aplicáveis as Normas Brasileiras da ABNT pertinentes ao projeto de sinalização.

Tabela 1 – NORMAS TÉCNICAS ABNT

RELAÇÃO DE NORMAS TÉCNICAS ABNT	
NBR 13275:2006	Sinalização vertical viária – Chapas planas de poliéster reforçado com fibra de vidro, para confecção de placas de sinalização – Requisitos e métodos de ensaio.
NBR 14644:2007	Sinalização vertical viária – Película – Requisitos.
NBR 14890:2002	Sinalização vertical viária – Suportes metálicos em aço para placas – Requisitos.
NBR 14891:3, 3	Sinalização viária – Placas.
NBR 14962:2003	Sinalização vertical viária – Suportes metálicos em aço para placas – Projeto e implantação
NBR 15591:2008	Sinalização vertical viária – Estrutura e fixação de placas em poliéster reforçado com fibras.
NBR 15649:2008	Sinalização vertical viária – Chapas melamínico-fenólicas de alta pressão para confecção de placas de sinalização – Requisitos e métodos de ensaio.
NBR 14428:1999	Dispositivo de sinalização viária – Pórticos e semiporticos de sinalização verticais zincado – Princípios para projeto.
NBR 14429:1999	Dispositivo de sinalização viária – Pórticos e semiporticos de sinalização vertical zincados por imersão a quente – Requisitos.
NBR 11904:2005	Placas de aço zincado para sinalização viária.
NBR 6123:1990	Forças devidas ao vento em edificações – Procedimentos – ref. norma 14.428.
NBR 8800:2008	Projeto e execução de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios.

4.3 Componentes do Sistema

O Sistema de Sinalização Turística Interpretativa do Polo Costa Branca é composto pelos seguintes elementos:


PLACAS VIÁRIAS

- Placa de Chão

4.3.1 Placas Viárias

As Placas Indicativa de Sentido (Direção) podem ser implantadas de acordo com o tipo de suporte e fixação. Para o projeto em questão foi avaliado o de coluna dupla (placa de chão), o qual segue os detalhes informados no quadro abaixo:

Tabela 2 – DETALHAMENTO – ESPECIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES DE TIPOLOGIA - PLACAS VIÁRIAS							
SUPORTE		PLACA				PADRÕES DE CORES	
Tipo	Código	Altura Livre Mínima (m)	Largura Máxima (m)	Altura Máxima (m)	Área Máxima (m)	Elemento	Cor
 Coluna Dupla (Placa de Chão)	CS1	2,8	2,15	1,4	2,4	Fundo, Orla Externa	Marrom: Pantone 4695
	CS2	2,8	2,15	2,3	2,4	Orla Interna, Legenda, Setas, Tarjas, Pictograma (Fundo)	Branca
	CS3	4,5	2,15	0,7	2,0	Pictograma (Figura)	Preto

4.3.2 Detalhamento e Especificação

PLACA DE CHÃO - SEÇÃO ESQUEMÁTICA



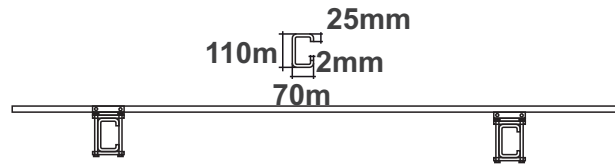
SISTEMA VIÁRIO
Placa de Chão

Seção Esquemática

atp
engenharia

Prancha: SE-02/05
Nº página: 003

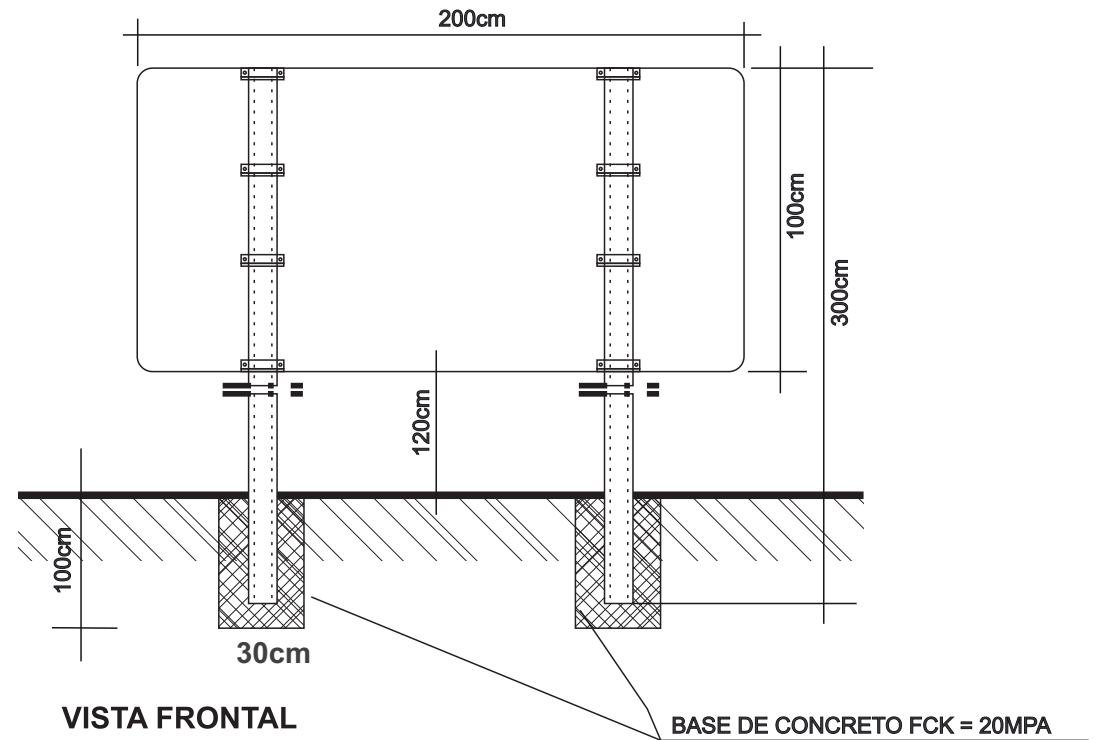
PLACA DE CHÃO - DETALHAMENTO E ESPECIFICAÇÃO



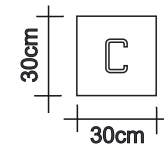
VISTA SUPERIOR

ESPECIFICAÇÕES

Fornecimento e implantação de placa viária de chão Tipo 2, confeccionada em fibra de vidro com reforço de poliéster e película TIPO X, tamanho 2,00 x 1,00m. Em sua face frontal, aplicação de Película Retro Refletiva – (TIPO X-NBR 14644 - ABNT 2007), nas cores indicadas que atenda o código de trânsito brasileiro tanto de dia, como a noite, as suas cores e reflexões sejam mantidas nesse período. As tarjas, pictogramas, legendas, letras e números deverão ser executados pelo processo de IMPRESSÃO DIGITAL para película refletiva com liner de proteção TIPO Overlay ou similar. O Suporte deverá ser o de perfil “C” galvanizado a fogo nas dimensões indicadas no projeto, com altura livre entre a borda inferior do painel e a superfície, com mínimo de 1,20m, tendo altura total (livre + enterrado) de 3,00m, chumbado e concretado diretamente ao solo, incluindo escavação e reaterro. A placa será fixada aos suportes através de cantoneiras, parafusos, porcas e arruelas.

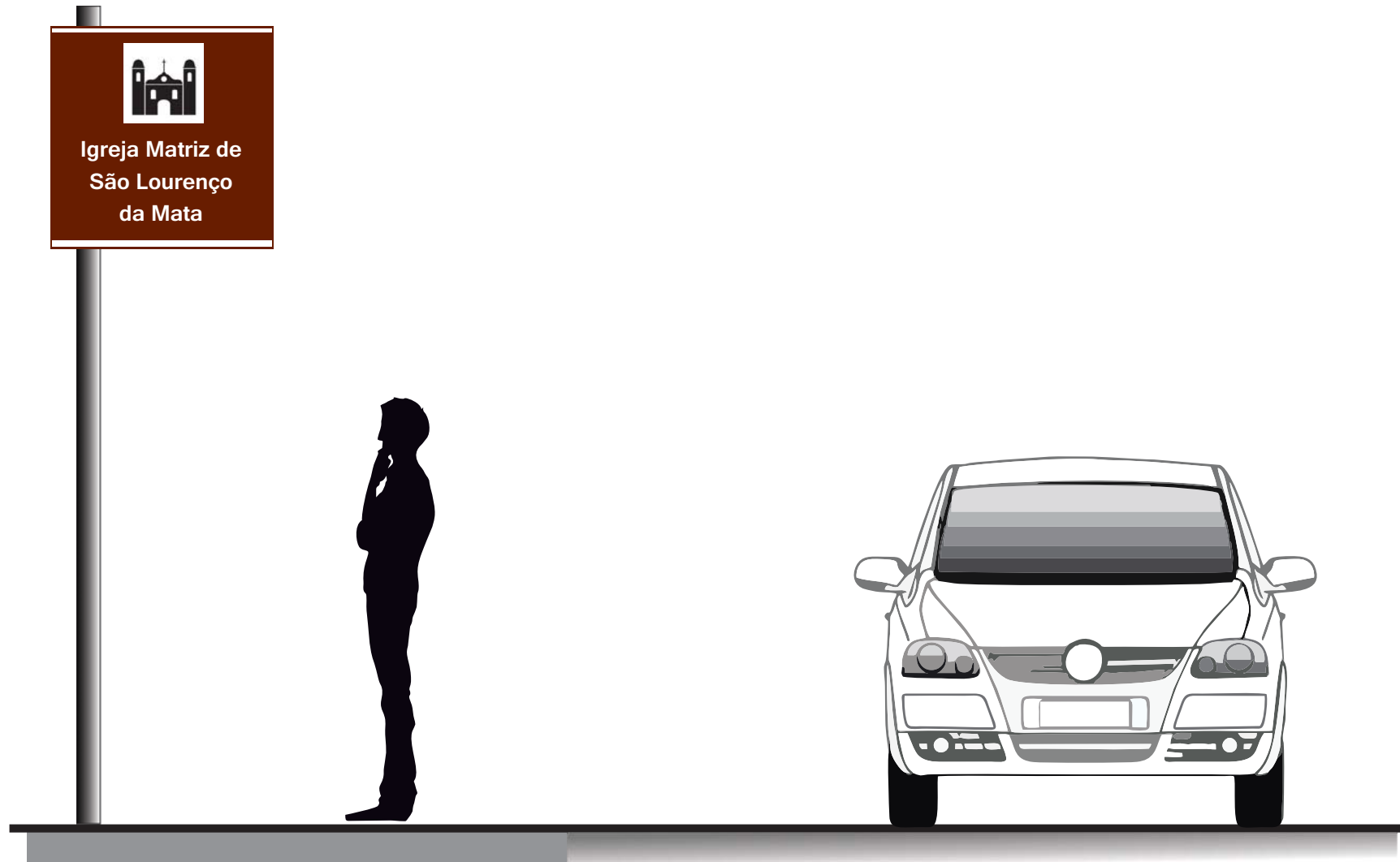



VISTA FRONTAL



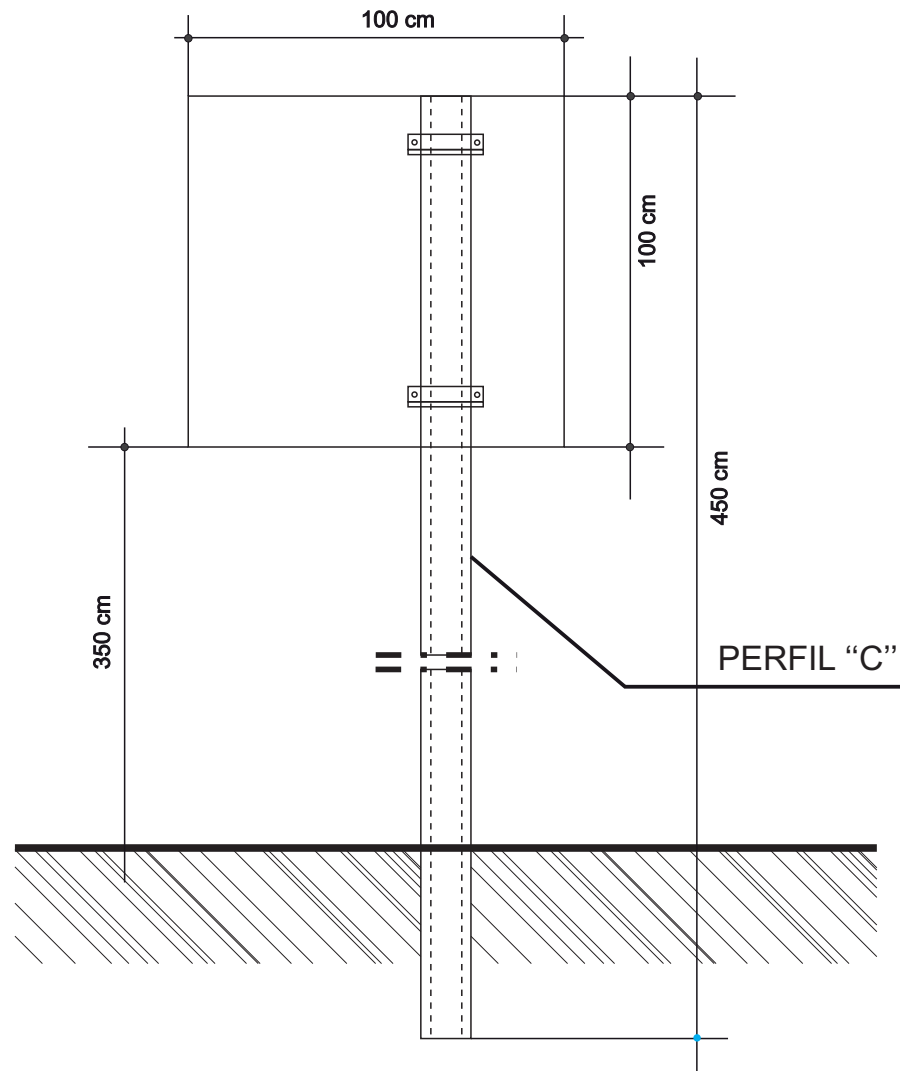
<p>RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DO ESTADO DO TURISMO - SETUR</p>	<p>SISTEMA VIÁRIO Placa de Chão</p>	<p><i>atp</i> engenharia</p>
	<p>Detalhamento e Especificação</p>	<p>Prancha: DE-02/05</p>

PLACA DE SITUAÇÃO - SEÇÃO ESQUEMÁTICA



 <p>RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DO ESTADO DO TURISMO - SETUR</p>	SISTEMA VIÁRIO Placa de Situação	<i>atp</i> engenharia
	Seção Esquemática	Prancha: SE-03/05 Nº página: 005

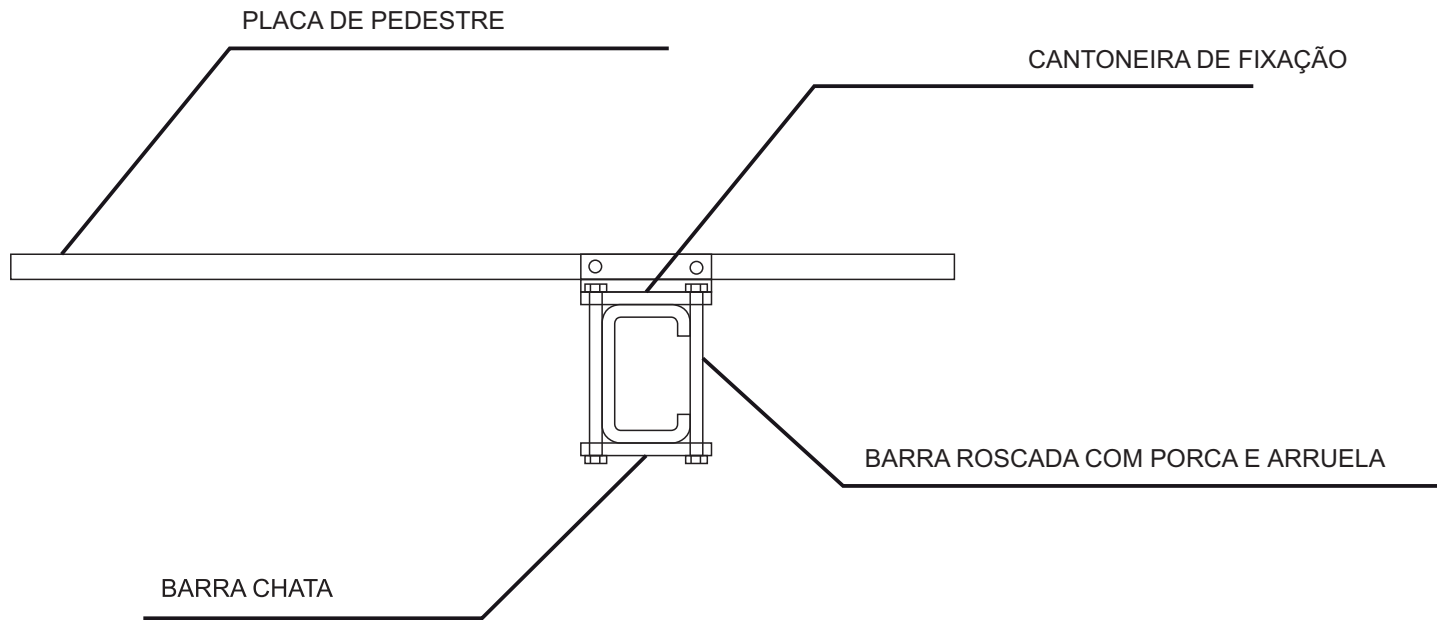
PLACA DE SITUAÇÃO - DETALHAMENTO E ESPECIFICAÇÃO



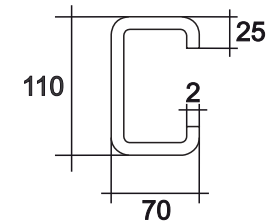
ELEVAÇÃO / FIXAÇÃO
(medidas em centímetros)

<p>RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DO ESTADO DO TURISMO - SETUR</p>	<p>SISTEMA VIÁRIO Placa de Situação</p>	<p><i>atp</i> engenharia</p>
	<p>Detalhamento e Especificação</p>	<p>Prancha: DE-03.1/05</p>

PLACA DE SITUAÇÃO - DETALHAMENTO E ESPECIFICAÇÃO



**VISTA SUPERIOR
DETALHE DE FIXAÇÃO**



**DETALHE DO PERFIL
(medidas em milímetros)**

	SISTEMA VIÁRIO Placa de Situação	
	Detalhamento e Especificação	Prancha: DE-03.2/05 Nº página: 007